
Mídia e Protestos políticos: a cobertura jornalística sobre as manifestações contrárias aos governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB)¹

Ana Carolina Resende GOMES²

Ana Luiza Fonseca Guimarães ASSIS³

Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG

RESUMO: As manifestações populares no Brasil, desde 2013, têm se tornado ferramenta fundamental para expressar a insatisfação popular e buscar melhores condições de vida. A partir disso, o presente trabalho busca analisar como estes movimentos populares foram abordados na grande mídia brasileira, construindo discursos que interferiam diretamente na legitimidade e representação destes pelo resto da população. Para isso, foi escolhido o jornal *Folha de São Paulo* e será abordada a cobertura feita pelo veículo sobre dois conjuntos de manifestações: a) as que ocorreram durante o governo Dilma Rousseff e que pediam o *impeachment* da presidente; b) as que ocorreram durante o governo Michel Temer e que revelavam insatisfação popular com o atual presidente a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 1997).

Palavras-Chave: Manifestações Políticas; Cobertura Jornalística; Dilma Rousseff (PT); Michel Temer; Movimentos Sociais.

1. INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, são as histórias – e a forma como elas são narradas – que possibilitam o sentimento de inserção da população em diferentes comunidades. Estas histórias foram construídas ao longo de anos por meio dos ramos da literatura, da poesia, da tradição oral ou até mesmo por meio dos textos religiosos. Mas, na era moderna, o jornalismo assume um papel estratégico e passa a se configurar como instância que funciona como referencial de mundo (Rodrigues, 1990), substituindo o papel dos mitos que organizam o mundo nas sociedades tradicionais. Cabe ao jornalismo na modernidade dar um sentido aos fragmentos da vida social.

Dessa forma, para se tornar presente no cotidiano social, o jornalista precisa conquistar credibilidade com o seu público. Por muitas vezes, isso acontece por meio da construção de uma pretensa imparcialidade do veículo e do próprio profissional da comunicação, que promete um fato objetivo e sem interferência política, ideológica ou

¹ Trabalho apresentado na IJ 8 do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018 no IJ 8.

² Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei, participou do projeto de iniciação científica “Mídia e manifestações políticas: A cobertura jornalística sobre as manifestações contrárias aos governos Dilma e Temer” no período de março de 2017 a fevereiro de 2018. E-mail: ac-resende@hotmail.com

³ Coautora. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: analuizafons@gmail.com.

econômica. Sodré e Ferrari (1986, p.9-10) enfatizam que “esse laço obrigatório com a informação objetiva vem dizer que, qualquer que seja o tipo de reportagem (interpretativa, especial, etc.), impõe-se ao redator o ‘estilo direto puro’, isto é, a narração sem comentários, sem subjetivações”.

Entretanto, desde a formação acadêmica até as redações, torna-se cada vez mais complicado chegar próximo da chamada objetividade na cobertura das notícias. Isto acontece porque, além dos fatores externos que influenciam o jornal – como a presença de apoio político e econômico –, os próprios repórteres possuem ideologias distintas que podem interferir nas escolhas primárias da construção da notícia. Rossi (1991) defende essa forma de analisar as ideologias de cada conteúdo partindo das crenças do próprio jornalista:

Entre o fato e a versão que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa há a mediação de um jornalista (não raro, de vários jornalistas), que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um background pessoal, eventualmente opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando, o que o leva a ver o fato de maneira distinta da de outro companheiro com formação, background e opiniões diversas. (ROSSI, 1991, p.10)

A objetividade, então, é um mito, conforme apontam os estudiosos. Para analisar se a ideologia de um meio de comunicação pode interferir no enquadramento de uma notícia, o presente trabalho analisa como a *Folha de São Paulo* realizou a cobertura de um conjunto específico de manifestações. A escolha do assunto é relevante, pois, no regime democrático, conforme comenta Demo (1993), manifestação é uma maneira de participar de decisões essenciais para o país.

Dizemos que a participação é conquistada para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir. (DEMO, 1993, p. 18)

Tais movimentos surgem em busca de direitos, que, na maioria das vezes, são considerados descumpridos ou que não estão acontecendo da forma preestabelecida. Até por isso, protestos são reconhecidos historicamente como uma luta por melhores condições de vida, caracterizando uma tentativa de superar sistemas opressores. No início, como afirma Blumer, citado por Gohn (1997), os atos são mais individualistas, ganhando organização ao longo dos anos:

Com o tempo os movimentos se desenvolvem e adquirem as características de uma sociedade: organização, forma, corpo de costumes e tradições, lideranças, divisão de trabalho duradoura, valores e regras sociais - em resumo, cultura, organização e um novo esquema de vida. Observa-se que o binômio comunidade-sociedade está presente nesta formulação: os movimentos sociais seriam uma certa transição entre essas duas formas de organização social. (BLUMER *apud* GOHN, 1997, p. 31)

Outro fator essencial para aumentar os laços e assim expandir o número de militantes foi o avanço da Internet e das mídias sociais. Esta nova forma de interação entre a militância atinge diretamente a grande mídia brasileira, uma vez que contesta e expõe diferentes fatores.

A nova mídia alternativa e ativista emprega ou modifica os artefatos de comunicação, práticas e arranjos sociais das novas tecnologias da comunicação e da informação para mudar ou alterar formas dominantes, aceitas ou esperadas de se construir sociedade, culturas e política. (LIEVROUW *apud* ALCÂNTARA, 2015, p.82).

Com a proliferação das novas tecnologias, as manifestações se acentuaram em várias partes do mundo, ganhando adeptos de diferentes partes, que encontraram ideologias e lutas sociais em comum. Os próprios convites para os atos que tomaram as ruas aconteceram nas redes por meio de grupos de organização de movimentos, de direita e esquerda.

Dessa forma, o projeto investigou o enquadramento dedicado às manifestações contrárias à ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e ao presidente Michel Temer (MDP), realizados pela *Folha de São Paulo*.

2. Interface entre Mídia e Política

Desde o século XIX, é cada vez maior o número de pessoas que utilizam os meios ou veículos de comunicação para se informar. Começando com os tradicionais jornais impressos, passando pelo rádio, pela televisão e chegando à internet – que cada vez mais ocupa este espaço com a efervescência de mídias que utilizam o universo online para propagar conteúdo noticioso – de forma que cada um cumpriu (e cumpre) o papel de informar de diferentes maneiras. Maneiras essas que podem sofrer alterações de acordo com a linha editorial ou os interesses, financeiros e políticos. Ou seja, independente da época e do meio de comunicação observa-se que o enquadramento é essencial para propagar uma informação ou influenciar o público do veículo.

A relação entre os campos da mídia e da política tem se tornado cada vez mais estreitas. A política, os políticos e os acontecimentos acerca deste campo sempre estiveram presentes em rodas de conversa. No entanto, era a mídia e os veículos de comunicação que guiavam os assuntos, as discussões e trocas de ideias cotidianos.

Quem também fala sobre o assunto é Rodrigues (1990), para quem os meios de comunicação de massa passam a ocupar um espaço de mediação social, enquanto o campo político estabelece uma relação simbiótica com o campo midiático, de mútua interferência e contaminação. Ora a política tem um certo controle sobre a mídia; ora a mídia interfere na política. Em vários momentos, elas atuam de forma conjunta para impor determinadas agendas e visões de mundo. Segundo o autor, com a emergência da modernidade, a esfera comunicacional se constitui como um campo dotado de autonomia e atua como mediadora entre os mais variados campos sociais.

É uma noção abstrata com a qual se pretende dar conta de todo um conjunto de funções indispensáveis ao funcionamento de uma sociedade dividida e confrontada com a necessidade de assegurar, apesar de tudo, uma relativa homogeneidade da sua estrutura e um entendimento acerca dos seus princípios, objetivos, prioridades e modalidades de ação. (RODRIGUES, 1990, p. 153.)

Esta relação se torna ainda mais forte com a dependência que um campo cria sobre o outro. A mídia tem se tornado cada vez mais uma empresa que busca lucro com a venda do seu produto (notícia), enquanto isso, a política precisa de uma ferramenta para chegar até o seu público. Esta dependência mútua, segundo Chaia (2004), define esse “diálogo” como uma via de mão dupla. A autora reconhece o papel fundamental que a imprensa possui para a divulgação pública da política brasileira proporcionando entendimento sobre os eventos da agenda política, entretanto, essa característica pode provocar atritos entre os meios:

Da mesma forma, pode-se falar numa relação de complementaridade entre a esfera da política e um sistema de mídia, bem como perceber aí a existência de tensões: em determinado momento, a imprensa pode estar desqualificando, dificultando ou controlando o trabalho dos parlamentares, enquanto estes podem estar reclamando ou denunciando que a imprensa não abre espaços de debate ou de informação para suas propostas. (CHAIA, 2004, p.7)

Aliado ao poder que a mídia possui quando utilizada como ferramenta para políticos, Chaia destaca outra questão que está presente nos dias de hoje e nessa relação entre os campos da comunicação e da política: a socialização. Para a autora, este é outro

mecanismo utilizado na comunicação política e que permite analisar “as mudanças de atitudes políticas dos cidadãos e as possíveis motivações que movem os indivíduos a participarem politicamente” (CHAIA, 2004, p.9).

Dentre as estratégias de comunicação, a mais importante delas talvez seja a agenda-setting. Esse processo permite que os veículos de comunicação sintetizem várias abordagens distintas, definindo o que é notícia ou não.

No estado atual, a hipótese do *agenda-setting* é, portanto, mais um núcleo de temas e de conhecimentos parciais, susceptível de ser, posteriormente, organizado e integrado numa teoria geral sobre a mediação simbólica e sobre os efeitos de realidade exercidos pelos mass media, do que um modelo de pesquisa definido e estável. (WOLF, 1999, p.62)

O pressuposto básico desse agendamento considera que os indivíduos não possuem uma bagagem própria sobre determinado tema, e que, por isso, recebem conhecimentos e realidades sociais disseminadas pela mídia. “Essa hipótese pressupõe uma série de informações, conhecimentos e interpretações da realidade social proveniente da agenda subjetiva do público” (Wolf *apud* CHAIA, 2004, p.11).

A partir desta concepção geral, que aponta a demarcação dos assuntos que serão pautados pela mídia, Chaia (2004) discute os diferentes modelos de *agenda-setting*. Dentre eles está o *bottom-up*, que considera que a mídia possui papel fundamental de comunicação entre políticos e público e, por isso, não é formadora de opinião, apoiando-se a uma função de assessoria dos governantes. Outro modelo é o *top-down*, caracterizado pela ação do campo político em determinar o agendamento dos temas que seriam tratados, cabendo à mídia apenas reproduzir essas informações. Por fim, a autora explicita o modelo de *mediacracy*, segundo o qual a mídia possui papel crucial de influenciar diretamente outras agendas, como as do meio público e político.

Por meio da questão do agendamento do conteúdo midiático e se pautando em um regime democrático, Lima (2004) considera que a política e suas atuações públicas deveriam constar como uma atividade completamente visível e acessível. No entanto, quem pode promover esta transparência “é a mídia – e somente ela – que define o que é público no mundo contemporâneo”.

Essa nova situação provoca consequências imediatas tanto para quem deseja ser político profissional quanto para a prática da política. Isso porque (a) os atores políticos têm que disputar visibilidade na mídia, e (b) os diferentes campos políticos têm que disputar visibilidade favorável de seu ponto de vista. (LIMA, 2004, p.52)

Considerando a interferência da mídia no âmbito social, pode-se concluir que a imprensa se posiciona como um importante ator político ao enquadrar os fatos a partir de determinados ângulos, para favorecer ou prejudicar a construção da imagem de governos e líderes políticos, conforme explica Lima (2006).

Neste processo, um dos conceitos importantes remete à ideia de enquadramento noticioso, ou seja, de que forma os fatos são noticiados a partir de determinados mapas culturais pelos jornalistas e veículos noticiosos, carregados de uma concepção de mundo e uma perspectiva ideológica. Nesse sentido, de acordo com a participação ativa dos consumidores dos produtos midiáticos, Porto (2007) enfatiza que, por meio dos enquadramentos produzidos pela mídia, as informações podem ser entendidas como recursos que possibilitam a organização de um discurso mediante práticas que envolvem a seleção, a ênfase e a exclusão de informações que acabam por constituir determinadas interpretações sobre os fatos.

Deve-se analisar as diferentes abordagens e interpretações sobre determinados assuntos de relevância midiática. Neste contexto, os enquadramentos interpretativos, por sua vez, são relacionados com as definições de uma realidade qualquer e que objetivam basicamente induzir uma avaliação de um dado tema ou evento:

Estas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais. Embora os jornalistas também contribuam com seus próprios enquadramentos interpretativos ao produzir notícias, este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalística. Trata-se aqui de interpretações oriundas de um contexto mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia. (PORTO, 2004, p.16)

Talita Lucarelli (2016) também enfatiza que essas percepções sobre determinados assuntos podem muitas vezes ir contra a natureza real dos fatos, passando pela interpretação de cada jornalista ou até mesmo se adequando à linha editorial do veículo, podendo relatar um mesmo acontecimento de maneiras diferentes. “A realidade é apresentada de forma fragmentada pelos veículos de comunicação que irão enquadrá-la seguindo a critérios que atendam aos interesses comerciais e particulares de cada um deles” (LUCARELLI, 2016, p.69).

3. Movimentos Sociais

Os movimentos sociais comprovam que a participação popular em busca dos seus direitos sempre esteve presente em todas as sociedades. Esse fator pode ser compreendido como o principal fenômeno do processo de mudança social. Para Miranda, Castilho e Cardoso (2009), as manifestações populares são uma consequência dos problemas ocasionados pela sociedade capitalista.

Nesta relação de classes antagônica e contraditória, os movimentos sociais, a participação popular, as greves e as reivindicações são formas de expressão na luta por melhores condições de existência. (...) Vários tipos de enfrentamento vão surgindo no decorrer do desenvolvimento do capitalismo, em que os operários vão se organizando, de forma lenta, mas constante, em associações e sindicatos e a partir deles ocorrem os “movimentos de independência”. A teoria marxista mostra a importância do processo de formação de consciência de classe, por meio da qual o trabalhador descobre que seus interesses são divergentes dos interesses da classe dominante. (MIRANDA, CASTILHO e CARSO, 2009, p. 177).

As autoras exemplificam essa relação com o século XVIII, no qual se completou a transição do sistema feudal ao modo capitalista, quando as mudanças provocadas no processo de produção e a emergência do trabalho assalariado impactam diretamente as relações sociais. Miranda, Castilho e Cardoso (2009) afirmam que, neste momento, a sociedade foi se reorganizando de forma capitalista. Isto influenciou o seu modo de produção e reprodução, e dividiu a sociedade em suas classes sociais principais: os que detinham e não detinham os meios de produção.

A venda da força de trabalho aliena o trabalhador de sua capacidade criativa de produção, que não percebendo a alienação, não reconhece a exploração de que é vítima. Os conflitos entre as classes aparecem a partir do momento em que os trabalhadores percebem que estão trabalhando mais e, no entanto, estão cada dia mais miseráveis. Os operários jamais aceitaram passivamente as novas condições impostas pela consolidação do capitalismo e da burguesia. (MIRANDA, CASTILHO e CARDOSO, 2009, p. 177).

Trazendo essa concepção da insatisfação e desigualdade sociais, manifestantes, unidos por um objetivo ou ideais em comum, clamam por melhores condições de vida, direitos e até mesmo se posicionam contra ações que consideram abusivas. Atemporais, os movimentos sempre aconteceram e passaram a incluir classes que antes eram excluídas pela sociedade e pelo governo.

Segundo Gohn (2011), essas manifestações realizam diagnósticos da sociedade e, a partir disso, constroem propostas. A autora enfatiza que os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da

sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais.

Ainda nesta análise, como afirmam Gohn e Bringel (2013), os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes, eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política. Segundo os autores, esse movimento acarreta o surgimento de novos atores públicos, que influenciarão os desdobramentos da questão que deu origem ao movimento.

3.1 Ciberativismo

Séculos depois, uma forma de expandir esses movimentos ocorre via internet e redes sociais. Líderes de opinião articulam ideais que se propagam de maneira global por meio da comunicação. Segundo Castells (2005), estes movimentos, que têm sua origem na internet, mas que não são essencialmente digitais, somente se tornam visíveis quando tomam as ruas. Eles podem até sair de cena, mas não desaparecem, pelo contrário, continuam a se articular via rede e, apesar de não terem líderes nem programação fixa, têm a capacidade de resistir e de renascer a qualquer momento.

Talita Lucarelli (2016) explica que essa migração para as manifestações virtuais começou a ganhar destaque a partir de 1991, quando a internet teve seu acesso ampliado. Para a autora, a ferramenta “facilitou e estendeu as possibilidades de se conectar a partir de máquinas localizadas em qualquer parte do mundo. Os usuários passaram a se multiplicar e encontraram uma maior comodidade proveniente da nova estrutura de acesso” (LUCARELLI, 2016, p. 36). As manifestações, segundo a autora, ganharam um novo caráter com a informalidade e espontaneidade das redes.

Por meio da internet, é possível que os movimentos sejam coordenados por múltiplos atores, além de possibilitar, por meio de interconexões entre usuários, um maior número de indivíduos engajados para suas causas. Na segunda geração, a chamada Web 2.0, os usuários têm um maior espaço de participação online, ao passo que a eles é facultada a publicação de conteúdos de forma interativa na plataforma. (LUCARELLI, 2016, p. 37).

Divergindo da suposta imparcialidade e dos diferentes enquadramentos noticiosos produzidos pela grande mídia, a internet trouxe mais interação, colaboração e descentralizou o acesso ao conteúdo midiático. Lucarelli (2016) ainda aponta que a

possibilidade de atrair novos adeptos, divulgar conteúdos e alcançar visibilidade global dá uma nova dinâmica aos movimentos sociais.

As conexões em rede facilitam a comunicação entre os ativistas e propõem mais espaço aos discursos por eles elaborados e difundidos. A midiaticização das causas promovidas no ambiente virtual expõe suas razões à cena pública, fator fundamental para que se exerça pressão junto às instituições. (LUCARELLI, 2016, p. 37).

Além de facilitar o acesso, o meio virtual também é capaz de disseminar a informação a um alcance global sem as interferências que os veículos de comunicação convencionais enfrentam, como esclarece Pereira (2011).

A internet oferece as condições para que um processo reflexivo de recepção das mensagens aconteça, diferentemente das mídias tradicionais. Primeiramente, trata-se de um dispositivo no qual as interações podem tomar diferentes formas - um para um, um para muitos, muitos para muitos, muitos para um, no qual as informações e comunicações podem circular nos níveis local, nacional ou global e, comparativamente, com baixas barreiras de entrada permitindo assim que a contrainformação, tão cara aos movimentos sociais (em função de coberturas algumas vezes tendenciosas e outras vezes não reflexivas dos canais tradicionais da mídia) se desenvolva e alcance espaços e indivíduos a custos mais baixos do que através dos meios tradicionais de informação e comunicação (CHADWICK *apud* PEREIRA, 2011, p. 7).

Este tipo de conteúdo originado a partir das relações entre as pessoas através do meio online tem a finalidade de proporcionar benefícios para os usuários e militantes virtuais. Este tipo de melhora é caracterizada por Recuero (2012) como capital social. A autora explicita que “o capital social é, portanto, um conceito metafórico, que foca o fato de que existem vantagens em pertencer a grupos sociais, e que essas vantagens podem ser apropriadas pelo grupo e/ou pelos atores” (RECUERO, 2012, p. 4).

Diante disso, constata-se que, principalmente por ser um meio viável, com baixo custo e que atinge um grande público, a internet e, especificamente, as redes sociais, vem se consolidando como fator determinante para os manifestantes divulgarem seus ideais. Os interesses em comum também permitem que esse encontro seja possível.

3.2 Manifestações Políticas

Desde 2013, movimentos populares tomaram ruas do país para mostrar suas insatisfações com o governo atuante Dilma e esses atos se prolongaram até 2016. Dentre

os principais motivos para os atos estavam a insatisfação com a economia, a falta de representatividade política e o pedido de *impeachment*.

Estas manifestações foram lideradas por dois grandes grupos, o “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “Vem pra Rua”. O MBL surgiu em 2014 com características neoliberais e se intitula como republicano. Conhecido pela convocação contínua a atos de protestos, ele ganhou força nas manifestações de 2016 com correntes evangélicas e ruralistas e conta, principalmente, com a participação de jovens. Fundado no mesmo ano, o Vem pra Rua possuía pautas que combatiam a corrupção e a ONG defendia o *impeachment* da presidente Dilma, depois de ter sido reeleita em 2014.

Mesmo com o mandato da presidente petista acolhido e o a posse de Michel Temer (MDB), os movimentos não cessaram. O novo governo, apesar do apoio que conquistou com os parlamentares, também passou a enfrentar desafios com a falta de apoio popular. Algumas propostas que entraram em tramitação no plenário ou que chegaram a ser aprovadas foram criticadas por manifestantes, que sentiram seus direitos lesados ou que, pautados pela oposição política, defendiam que houve um golpe e que, por isso, não reconheciam governo golpista. Dentre elas estavam principalmente a PEC 241/55 – referente ao congelamento do teto de gastos públicos durante 20 anos –, a lei da terceirização de todas as atividades e da Reforma da Previdência.

Os protestos contra o governo Temer foram convocados pelo movimento Frente Brasil Popular que já foi uma coligação partidária (Partidos dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista Brasileiro) e disputou as eleições em 1989. Atualmente, ela conta com a participação de manifestantes pertencentes a partidos de esquerda e centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST), que teve origem no combate ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar em 1970.

4. Estudo de caso: análise do enquadramento dos protestos contra Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB)

Partindo da análise de seis coberturas principais que o jornal *Folha de São Paulo* publicou sobre as manifestações contrárias aos governos estabelecidos no país por Dilma Rousseff (PT) e, posteriormente, por Michel Temer (MDB), tornam-se visíveis algumas divergências entre os enquadramentos dos fatos. Para isto, foi analisado dois

pontos principais: (a) a maneira como os manifestantes são qualificados a partir das notícias; e (b) como é trabalhado nos textos o motivo das manifestações a partir das notícias.

O presente trabalho analisou três momentos primordiais de manifestações durante os governos exercidos pelos presidentes petista e peemedebista. Durante o mandato de Dilma Rousseff, o recorte foi feito através do processo de *impeachment* nos eventos acontecidos nos dias (a) 13 de dezembro de 2015, data que marca as primeiras movimentações do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), para abrir o processo de rompimento do mandato; (b) 13 de março de 2016, porque, além de ter sido considerada a maior manifestação contra a presidente, antecedeu a abertura do processo na Câmara; e, por fim, (c) 31 de julho de 2016, que leva as manifestações ao contexto do processo de *impeachment* aberto no Senado, ouvindo depoimentos de defesa e acusação sobre as “pedaladas fiscais” que teriam sido cometidas pela presidente.

Durante o governo Temer, as edições analisadas também corresponderam a três momentos principais de insatisfação popular, que foram: (a) 7 de setembro, que corresponde à primeira aparição pública do presidente – no desfile em comemoração pela Independência do Brasil e, em seguida, na abertura dos jogos paraolímpicos – depois do “golpe”, termo usado por quem define os motivos do processo de *impeachment* como ilegítimos; (b) 16 de março de 2017; e (c) 29 de abril de 2017, ambas focadas na insatisfação popular ocasionada pelas reformas da Previdência e Trabalhista. É feita uma Análise de Conteúdo (Bardin (1997), tomando como categorias de análise estrutura textual, fontes e imagem construída do (a) presidente.

4.1 Enquadramento dos manifestantes pela Folha de S. Paulo

Na primeira análise, quando observados os protestos contrários ao governo petista, os militantes são descritos como pessoas que buscam seus direitos de forma democrática, exprimindo o sentimento de patriotismo e mostrando-se ativos na luta contra a corrupção. No entanto, em alguns momentos, a cobertura aponta para o fato de que a maioria das pessoas é de classe média (ênfatisando a importância da participação de classes mais baixas), representando o acontecimento como movimento bonito, feliz e em família.

Em contrapartida, na análise feita sobre as três matérias representando o governo peemedebista, o periódico ofereceu uma ideia diferente dos eventos que tomaram diversas cidades pelo país. Na primeira delas, por exemplo, os manifestantes são tratados com desdém, que representava apenas uma minoria, incapaz de atingir o governo. Nas outras coberturas, entretanto, foram destacados o vandalismo, as quebraadeiras, meios de transporte incendiados, policiais intervindo e caos no trânsito.

Além disso, o segundo aspecto analisado por esta pesquisa faz referência à forma como os manifestantes foram construídos e estruturados ao longo do texto. Nas manifestações que clamavam pelo *impeachment*, o jornal pontuou entrevistas de pessoas que promoviam declarações e iniciavam debates sobre a necessidade de dar um fim a corrupção e que, de acordo com as diferentes declarações, só seria possível com uma mudança de governo e a prisão de políticos envolvidos em casos de desvios de dinheiro público. A todo momento, suas falas são enriquecidas com declarações de políticos da oposição que se mostravam presentes e dispostos a entrar na “luta do povo”.

No entanto, quando os atos eram contra Temer, as falas eram disponibilizadas de forma que o entrevistado se colocava como incapaz de discutir sobre as pautas propostas pelos protestos. Além de serem poucos os manifestantes ouvidos – e, ainda, muitos eram os próprios políticos do PT, partidos coligados ou sindicatos – eles ainda eram fortemente refutados com declarações relacionadas ao Planalto. Pouco foi ouvido sobre as razões que os levaram as ruas.

Analisando de forma quantitativa, foram analisados também a quantidade de fontes e de imagens que foram utilizadas durante toda a cobertura. No caso das manifestações durante o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma, houve um total de 21 personagens que não se repetiam ao longo das reportagens – que envolviam militantes, organizadores da manifestação como o MBL e Vem pra Rua, políticos dos partidos da oposição e o juiz Sérgio Moro, responsável por diversas prisões durante a Operação Lava-Jato. Enquanto isso, durante as manifestações contra as reformas propostas pelo presidente peemedebista, foram ouvidas apenas 4 fontes que davam declarações diferentes para cada uma das abordagens (neste caso, foram ouvidos apenas manifestantes e presidentes de sindicatos, como CUT e MTST).

Em contrapartida, há as fontes se pronunciando a favor do governo e contra as manifestações. No caso dos atos contra a ex-presidente Dilma, foram elencadas 5

pessoas, dentre secretários, políticos e coordenadores de movimentos sociais. No caso do protesto contra o presidente Temer, o número foi de 4 fontes, como ministros, secretários e sindicalistas. Ao contrário da ex-presidente, Michel Temer teve uma reportagem dedicada às suas respostas, tanto ao movimento grevista como às reformas, sendo uma fonte de impacto.

Dessa forma, analisa-se que, apesar da quantidade de fontes utilizadas para a “defesa” dos governantes serem equiparadas nas coberturas, o número de fontes “atacando” o governo Dilma é cinco vezes maior que o número de pessoas ouvidas contra o governo Temer. Isso pode acarretar ao leitor um sentimento de repulsa maior a um governo em detrimento de outro, uma vez que a própria ex-presidente não se manifestou – outra diferença entre as coberturas.

Em contrapartida, há as fontes se pronunciando a favor do governo e contra as manifestações. No caso dos atos contra a ex-presidente Dilma, foram elencadas 5 pessoas, dentre secretários, políticos e coordenadores de movimentos sociais. No caso do protesto contra o presidente Temer, o número foi de 4 fontes, como ministros, secretários e sindicalistas. Ao contrário da ex-presidente, Michel Temer teve uma reportagem dedicada às suas respostas, tanto ao movimento grevista como às reformas, sendo uma fonte de impacto.

4.2 Enquadramento das manifestações pela Folha de S. Paulo

No segundo momento desta pesquisa, foram analisadas as imagens utilizadas ao longo da reportagem. Quando os atos aconteciam contra o governo Dilma, foram divulgadas 38 fotos de manifestantes enquadrados de maneira festiva, alegre, em família, mostrando roupas e exibindo máscaras satíricas ou cartazes contra o governo e a favor dos líderes da luta contra a corrupção.

Por outro lado, no caso das manifestações que iam contra as reformas propostas por Temer, apenas 7 fotos mostravam os manifestantes atuando pacificamente. Algumas em ângulos abertos induziam a pensar que havia poucos militantes. Entretanto, o destaque durante essa série de reportagens se faz com o uso de 10 imagens de vândalos que depredavam e queimavam objetos públicos. O foco neste aspecto das manifestações, muitas vezes, jogava para segundo plano – ou até escondia completamente – o debate sobre o motivo das manifestações.

4. Considerações Finais

A partir da análise de diferentes momentos da cobertura midiática produzida pela *Folha de São Paulo* sobre as manifestações políticas, pôde-se averiguar que, apesar de se afirmar publicamente como um veículo de comunicação que busca a neutralidade, foi possível provocar um sentimento crítico sobre os diferentes enquadramentos que o jornal apresentou ao noticiar os temas.

Ainda neste contexto e avaliando o mesmo quadro político brasileiro, um segundo ponto que pode ser levantado a partir do resultado deste trabalho foi sobre a importância dos movimentos sociais na luta por direitos. Consideradas historicamente como ações que buscam promover a mudança social, as manifestações não foram representadas igualmente em ambos os momentos.

Ao analisar as primeiras manifestações, insatisfeitas com o governo exercido por Dilma Rousseff, foi repassada uma noção de patriotismo, de práticas amigáveis que buscavam o melhor para si e para aqueles que não quiseram ou puderam participar. Ainda haviam sátiras nas formas de demonstração da ex-presidente Dilma e do ex-presidente Lula. Era declarada ainda uma luta contra a corrupção generalizada, uma vez que na cobertura não mostrava, explicitamente, a defesa de alguns partidos em detrimento de outros.

No segundo momento de análise feita através dessa pesquisa, pôde-se averiguar que as manifestações contrárias ao governo exercido por Michel Temer não foram consideradas relevantes para o bem coletivo. Os movimentos perderam destaque na cobertura para os vândalos, os *Black blocks*, a atuação da polícia e para as declarações dos próprios políticos. Os militantes foram demonstrados como “incapazes” de discutir politicamente sem causar transtorno para os cidadãos “de bem”.

Dessa forma, para o leitor constante e fiel de um jornal, que acredita na imparcialidade jornalística e não busca o mesmo conteúdo em fontes de informação diferentes, se torna fácil influenciar na construção da opinião, não havendo uma promoção de debates.

5. Referências

ALCÂNTARA, Lívia Moreira de. **Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões**. Aurora: revista de arte, mídia e política. São Paulo, 2015.

-
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- CALTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Paz e Terra, São Paulo, 2005.
- CHAIA, V. L. M. **Jornalismo e política: escândalos relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo**. Hacker, São Paulo, 2004.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1993.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, 2011.
- _____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo, 1997.
- _____; BRINGEL, B. **Movimentos sociais na era global**. Editora Vozes, Petrópolis, 2012.
- LIMA, Venício de. **Sete teses sobre mídia e política no Brasil**. Revista USP, n.61, São Paulo, 2004.
- _____. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- LUCARELI, T. **Os Ecos das Manifestações de Junho de 2013 na cobertura da Folha de S.Paulo e no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral de TV nas Eleições de 2014**. Juiz de Fora, 2016.
- MIRANDA, Camila Maximiano; CASTILHO, Neuza Aparecida Novais; CARDOSO, Vanessa Cristina Carvalho. **Movimentos sociais e participação popular: luta pela conquista dos direitos sociais**. Revista da Católica, Uberlândia, 2009.
- PEREIRA, M. **Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital**. Anais, Rio de Janeiro, 2011.
- PORTO, M. P. **Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência**. Editora e-papers, Rio de Janeiro, 2007
- RECUERO, Raquel. **O Capital Social em Rede: Como as Redes Sociais na Internet Estão Gerando Novas Formas de Capital Social**. Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura. Vol. 10, n.3. Set-Dez, 2012.
- RODRIGUES, A. D. **Estratégias de Comunicação**. Editorial Presença, Lisboa, 1990.
- ROSSI, C. **O que é jornalismo**. Brasiliense, São Paulo, 1991.
- SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnicas de Reportagem – notas sobre a narrativa jornalística**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1986.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Editorial Presença. Lisboa, 1999.